

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO ESTRATÉGICA EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO –  
GAPI/UNICAMP – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PROBLEMA:** TRABALHO SOCIAL INEFICAZ NO CONDOMÍNIO  
HIBISCO (MINA CASA, MINHA VIDA)

**ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:** SECRETÁRIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAETÉ/MG

**EQUIPE:**

ALEXANDER OLIVEIRA

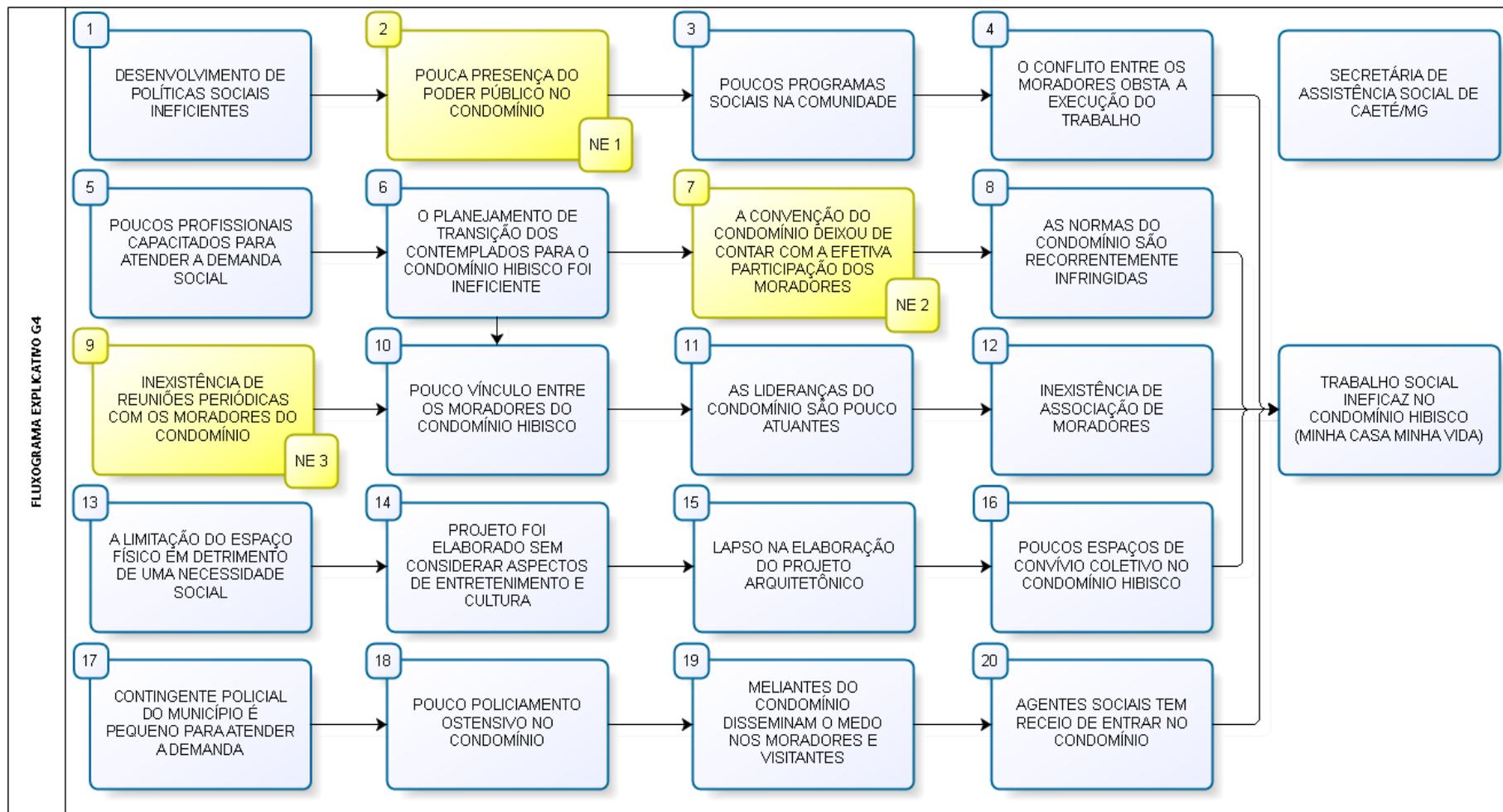
DEHONARA SILVEIRA

PIERRE SANTOS

ROSÂNGELA SANTOS

**BELO HORIZONTE 2017**

## PARTE 1 - FLUXOGRAMA EXPLICATIVO DO PROBLEMA



## **PARTE 2 - COMENTÁRIOS ANALÍTICOS CONCEITUAIS SOBRE OS NÓS EXPLICATIVOS**

Este trabalho visa ser um estudo intrínseco do que acontece no condomínio Hibisco na cidade de Caeté, Minas Gerais, o qual faz parte do programa “Minha Casa Minha Vida” – PMCMV, produção habitacional em larga escala, de marca histórica de um Governo de esquerda da última década.

A população em estado de vulnerabilidade social, que são os contemplados dessas políticas sociais, não tem no programa algo impecável em sua execução. Porém a simples conquista de um apartamento do Programa “Minha Casa Minha Vida” cumpre com seu objetivo que é a promoção da dignidade humana, a realização de um sonho e a tranquilidade para muitas famílias, num primeiro instante.

Na transição dos beneficiários de sua antiga “moradia” para as habitações formais do PMCMV, eles passam a ter que se adaptar a nova comunidade, necessitando de refazer laços de solidariedade, de vizinhança e reconhecimento do novo território.

Ademais, esse novo estilo de convivência em comum, se torna problemática com o surgimento de atritos fundamentados na diferença cultural, da marginalidade social fomentada pela sociedade e a omissão de Governantes.

Contudo, há que se pensar e planejar melhor a localização da implantação do PMCMV para que os serviços públicos, que outrora estiveram ao alcance desses contemplados do Programa, agora também estejam disponíveis e supram a necessidade da nova demanda.

É preciso se preocupar, ainda, com o desenvolvimento de políticas sociais, vez que, quando ineficientes, se tornam motivos de queixas de modo geral. Tais falhas nas políticas sociais suscitam conflitos, pois os moradores alegam que as mesmas políticas sociais vigentes dentro do condomínio não conseguem contemplar a todos, e, também, não cumpre com aquilo que inicialmente se propusera o poder público.

Importante ressaltar que os indivíduos não vivem apenas de uma estrutura física composta de tijolos e cimentos. O ser humano, de modo geral, possui necessidades que vão muito além de uma casa. Não basta apenas construir prédios para distribuir apartamentos, é preciso rever esses conceitos e aperfeiçoar o planejamento, bem como a gestão desse processo.

Além disso, também a ausência do poder público favorece a propagação da atuação de meliantes no condomínio, pois os mesmos são também moradores no local. Como é cediço, onde o Estado se faz ausente, a criminalidade ganha campo e instaura seu domínio. Isso potencializa essa problemática existente no condomínio que transita pela ausência do poder público no Hibisco, na cidade de Caeté.

A Secretária de Assistência Social de Caeté/MG tem se mobilizado para atender aos moradores de forma plena, bem como tentando combater estes aspectos desfavoráveis com a

atuação de sua equipe, mas se torna infrutífero. Tal se explica pelo fato de que é preciso a repressão policial para tratar a questão, por ser sua competência.

Ainda sim, enfrentam-se muitas dificuldades na realização do trabalho, com excelência, em razão disso e de outros fatores. Como exemplo, digno de destaque, os poucos profissionais capacitados para atender toda demanda social do condomínio.

Indubitavelmente, podemos afirmar que o Centro de Referência em Assistência Social torna-se um importante mecanismo de transformação, haja vista que ao implementar campanhas de prevenção às diversas formas de violência, realizar visitas periódicas de acompanhamento das famílias, promove-se articulações com as demais políticas públicas que intencionam o atendimento integral desses Agentes Sociais.

Por isso é tão importante a implementação do trabalho técnico social-TTS, que promove a inclusão social, o acesso a práticas educativas como informática, na suscitação do progresso humano através da criação de renda e a consolidação do estado de bem estar social.

O trabalho técnico social tem como objetivo a implementação de ações sociais, que proporcionam transformações. Esse financiamento do TTS se dá pela Caixa quando é realizado por meio de aprovação de projeto, cujas regras gerais estão previstas na Portaria 21/2014, do Ministério das Cidades e, ainda, nos cardemos de orientação da CEF.

Na eventualidade de não haver previsão no orçamento, o gestor deverá encaminhar ao legislativo municipal, projeto de lei solicitando a abertura de crédito especial para a implantação do TTS e, posteriormente, do CRAS.

Assim, no sentido de reverter o problema identificado no programa habitacional em larga escala de Caeté, se faz por meio da implantação de algumas medidas. A primeira é a majoração dos profissionais, os Agentes da Secretaria de Assistência Social, cujas execuções das atividades de trabalho seriam direcionadas para os moradores do condomínio.

A seguir, é a implantação de trabalho técnico social (TTS) financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), já explanado retro, até que seja instalado o CRAS nas proximidades do condomínio, cujo atendimento não se restringirá ao mesmo, mas se estenderá à toda população adjacente.

Também é imprescindível que se realize encontros periódicos com os moradores e o poder público, principalmente entre os próprios moradores a fim de estabelecer normas e fortalecer vínculos.

É importante também, pactuar regras de convivência e construí-las com a participação e o protagonismo destes moradores. Isso poderia dar aos moradores um sentimento de pertencimento àquela localidade (Hibisco). Tal fato possibilitaria melhor a articulação com políticas públicas de outras áreas, fazendo com que os moradores trilhassem essa construção coletiva.

É de suma relevância salientar que a repressão à criminalidade não equaciona o problema que hoje é realidade dentro do condomínio Hibisco. Todavia, as operações de segurança pública, como as chamadas “batidas policiais” e a detenção de alguns meliantes, não são suficientes para resolver a questão.

É preciso inverter a lógica da ação, sair do foco da repressão para a prevenção, sem prejuízo da repressão que é um dever do Estado e deve ser mantida.

Um planejamento ineficiente do condomínio aditivado à ausência do poder público neste condomínio é o estopim para problemas sociais que começam a tomar “corpo” e a incomodar, fortalecendo a violência, favorecendo o tráfico de drogas, as injustiças sociais e a violação dos mais diversos direitos humanos.

A questão de o trabalho social ser ineficiente no condomínio Hibisco mensura-se pela inexistência de reuniões entre esses moradores, antes e depois da estadia no novo domicílio. Há que se considerar ainda, que a ausência do poder público dentro do condomínio, também pode não ser causada pela falta de interesse dos profissionais da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Caeté, mas pela temerosidade à criminalidade que cresce gradativamente.

Ocorre ainda, muita sobrecarga de trabalho sobre toda equipe social, que acaba fazendo o papel de intermediadora entre o reassentado, a prefeitura, a Caixa Econômica e a Construtora.

Não obstante, ainda há uma insignificante colaboração dos moradores que também tem sido fator decisivo para dificultar o êxito do trabalho social, assim como outros problemas que o programa enfrenta como a localização geográfica, a questão territorial em relação à prestação dos serviços públicos.

A própria questão da logística pública é um desafio, visto que a tarifa aumenta com frequência e, os novos conjuntos habitacionais vêm sendo construídos nas áreas periféricas urbanas cada vez mais distantes do centro da cidade.

Daí a importância de haver um olhar mais vivo e atento na etapa do planejamento da instalação destes condomínios. A priori, os problemas geralmente são iniciados no ato da definição do território onde serão construídas as habitações, nas periferias das cidades, distantes de creches, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Isto ocorre uma vez que, em comparação a sua antiga morada, os serviços urbanos que lá usufruíam, agora, na nova habitação, se há, são de forma precária. Assim, criam-se novos conjuntos habitacionais e deixam os beneficiários na expectativa de vir a ter um dia serviços urbanos a que tem direito, com a entrega das chaves.

Logo, os desafios fomentados pela realização do PMCMV têm sido grande preocupação para a Secretária de Assistência Social. As animosidades, por exemplo, entre os moradores surgem e, muitas vezes, tem descambado para violência física. Em outros casos, até mesmo o óbito.

Em outro prisma, uma casa nova traz a seus contemplados, novos sonhos e novas expectativas. É nessa vertente que o poder público deve se apegar para estimular a organização social dos moradores. Atividades simples, como reuniões semanais entre a equipe da secretaria de assistência social e os moradores, poderiam contribuir para resolver muitos dos conflitos.

No caso averiguado em Caeté, é necessário refletir dois pontos: o primeiro deles é a responsabilidade dos gestores frente aos problemas enraizados nesse empreendimento. O segundo ponto é a compreensão por parte do poder público de que os perfis dos beneficiados pelo programa são de pessoas em estado de vulnerabilidade e alvo de violação de direitos.

Sobre a questão de reuniões periódicas com os moradores, é importante frisar que se trata de uma oportunidade única de participação social, haja vista que é o momento para esses cidadãos colocarem em debate suas demandas, reclamações e sugestões.

Nesse universo permanente de diálogo que se tornaria possível pensar conjuntamente as intervenções necessárias para garantir a efetividade de um trabalho social que resulte na mitigação dos riscos sociais, como por exemplo, a redução do índice de violência.

É neste espaço que seria pactuado a realização de ações educativas como palestras e escolha de temas de interesse da comunidade, modalidades esportivas almeçadas, ações de segurança a serem implementadas e diversas outras atividades que tornariam possível a melhoria da qualidade de vida.

As ações educativas se estilhaçam em infinitas possibilidades, cujas execuções poderiam transitar, ainda, pelas exibições de filmes direcionados com a implantação do “cinema” de cunho social, realização de oficinas e cursos básicos como planejamento familiar, introdução de economia solidária, fortalecendo a geração de renda, dentre outras.

Não se pode esquecer a juventude, que muitas vezes ficam expostos ao mundo da criminalidade e à tentação de uma vida fácil. Tais jovens, na ausência de um bom direcionamento social através programas sociais de qualificação técnica e encaminhamento para o mercado de trabalho, estarão sujeitos a sedução do crime organizado.

Os poucos programas sociais que estão à disposição dos moradores apesar de contribuir para o desenvolvimento dos participantes, estes ainda não conseguem envolver a todos.

Neste norte, o aumento dos conflitos vem crescendo sistematicamente dentro do condomínio, e isso tem assustado moradores e alarmado autoridades. Os moradores do condomínio questionam sobre o descaso com a segurança pública, o combate aos grupos de meliantes que querem impor suas próprias regras no condomínio e que por vezes, esbulham os moradores da posse de suas novas moradias.

O medo se instaura no condomínio e as pessoas tem medo de denunciar, pois o Estado não oferece proteção à contento. Lado outro, também conflitos entre moradores surgem por motivos banais e outras vezes, pelo descumprimento das regras de convívio social do condomínio.

Cabe ressaltar que além dos conflitos entre vizinhos, também os grupos criminosos e rivais passaram a se digladiarem e a ocupar o mesmo espaço dos moradores, em razão da pouca presença do poder público, sobretudo de força policial e de monitoramento, prevenção e repressão ao crime. Surge aí o conflito dos grupos rivais pela venda de drogas e “controle do Hibisco”.

Para dirimir ou aplacar estas divergências entre os moradores, é preciso capacitar os profissionais da Assistência Social. Contudo não basta se a remuneração não é atrativa. Outra

dificuldade que costuma afastar a fixação dos profissionais da Assistência Social é a própria a distância do condomínio ao centro comercial da cidade, por falta de logística.

No que se refere a uma infraestrutura mínima fornecida pelo poder público, podemos citar o transporte coletivo, máquinas e insumos que permitam o bom desempenho dos profissionais na condução dos projetos e execução dos mesmos, com os moradores.

Sendo assim cabe-nos ressaltar que apesar de todo esforço despendido pela secretaria de assistência social, nem sempre estes esforços produzem todos os feitos desejados, mas de certa forma ainda se consegue trazer aos moradores, algum alento, mesmo que não seja o ideal.

Essa questão estrutural do programa pode-se analisar que a secretaria de Assistência Social de Caeté e sua equipe técnica, não conseguiu planejar corretamente o processo de transição dos novos moradores para o condomínio Hibisco.

As pessoas foram cadastradas e selecionadas por ordem de inscrição. Não ocorreram reuniões no intuito de promover um entrosamento social e nem para discutir ou decidir como seria feita a transição para o condomínio. Muito menos quais seriam as regras de convivência que deveriam ser seguidas por todos.

A equipe da Assistência Social avaliou que, como as pessoas pertenciam a uma mesma faixa de renda, não teriam problemas em se adaptar as novas relações de vizinhança e, portanto não se fazia necessário promover reuniões para construir o estatuto do condomínio de forma coletiva, criar processos de integração durante a transição de aproximação entre os novos moradores e seus novos vizinhos.

Não consideraram haver costumes, formação, desejos diferentes. Essa ausência de planejamento ou precariedade desencadeou conflitos e propiciou que surgisse tamanha violência no condomínio.

Um dos maiores equívocos da Assistência Social foi não fazer a convenção do condomínio de forma participativa, se limitando à própria equipe técnica da instituição, sendo referendados pelos moradores no momento da entrega das chaves, sem qualquer conhecimento de causa. Essa metodologia não permitiu que os moradores contribuíssem ou se comprometessem com a elaboração das regras a que estariam submetidos.

A participação democrática é um princípio importante na organização de uma sociedade, pois permite que as pessoas se expressem, demonstrem seus receios, deem sua opinião, escutem a opinião do outro e consigam chegar a um consenso.

A construção democrática de regras de convívio comum leva a um processo de construção de coletivos, que se tornam potentes instrumentos na resolução de conflitos e na descoberta das potencialidades de cada morador. A não participação das pessoas na construção dessas regras dificulta esse processo, e por isso, passam a serem vistas como uma forma autoritária de dizer o que as pessoas podem fazer ou deixar de fazer nos lugares em que residem.

Com isso, muitos se sentem no direito de cometer infrações descumprindo as regras elaboradas por outrem. Os beneficiários do PMCMV vieram de regiões diferentes da cidade, onde estavam acostumados com uma forma de convívio social, familiar e singular, por vezes transformando o novo convívio em uma diária sucessória de atritos.

E para acalorar a situação, o fato de não existirem reuniões periódicas com os moradores do condomínio, acirram-se os problemas que surgiram, dificulta a criação de vínculos entre os condôminos e com os técnicos da prefeitura de Caeté. Nessa linha, tal fato, também impede que os técnicos compreendam e identifiquem as necessidades dos moradores.

As reuniões periódicas são fundamentais para que haja diálogo entre todos e, que os problemas possam vir à baila para serem sanados numa discussão colegiada.

As pessoas interpretam o mundo do próprio jeito e interagem com a realidade física e social em que está inserido a partir de valores, representações e padrões de relação culturalmente assimilados. Criam espaços para que essas interpretações sejam compartilhadas, debatidas e assim surjam novas interpretações da mesma realidade, o que é fundamental para a criação de vínculos entre os moradores.

Importante salientar também, que a criação de espaços coletivos de troca e de educação popular possibilita aos sujeitos envolvidos no processo, a desenvolverem a capacidade de reinterpretar a sociedade a partir do olhar do oprimido e a pensar com a visão do oprimido e não mais com a visão do opressor.

Em uma construção democrática e participativa das regras de convivência em que se construa o respeito à opinião, a cultura, a religião do outro, não tem razão de se recorrer à

violência para colocar fim as desavenças. Ao se construir um processo democrático, as pessoas passam a se sentir parte deste processo e não só reles moradores.

O processo de surgimento de lideranças legitimadas só é possível a partir da experiência vivida de construção coletiva e de luta para se modificar a realidade vivida, permitindo que ela se aproxime dos sonhos e desejos das pessoas.

Sem esses processos, as lideranças surgem, mas com pouca ou nenhuma legitimidade. Mesmo pessoas que eram lideranças em suas originárias moradias, não conseguem se constituir como lideranças em seu novo habitat, se neste novo espaço não se constituírem esses processos de organização coletiva e de luta.

Para solidificar essas lideranças e representatividade, uma associação de moradores seria o ideal para estabelecer um processo de auto-organização de um condomínio. Através da Associação, um grupo de pessoas, em busca de um objetivo comum, se organiza, promove o debate e decidirão quais problemas precisam ser enfrentados, como e quais as formas de luta para conseguir resolvê-los.

A não existência da associação no condomínio Hibisco demonstra que seus moradores não conseguiram se organizar coletivamente para buscar soluções para seus problemas. A ausência de uma associação dificulta também a interlocução dos moradores com a Prefeitura de Caeté e os demais órgãos públicos.

Há que tratarmos ainda que o projeto arquitetônico não levou em consideração espaços para esporte e lazer que são fundamentais em um conjunto populacional, por serem áreas comuns. O sentimento de coletivo é fundamental também para se desenvolver nas pessoas o respeito, a convivência, a solidariedade.

Os espaços de lazer são importantes para combater o estresse. Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social. Através deles se proporciona prazer e momentos importantes para se estabelecer vínculos, proporcionar espaços de fraternidade e solidariedade, bem como estabelecer convívio coletivo.

O lazer e a cultura são instrumentos importantes para criação de vínculos afetivos entre as pessoas. São nesses momentos de lazer e de cultura que os sujeitos se revelam. A cultura cria uma identidade no grupo, sendo um fator importante de prevenção das violências, que também é uma forma de resistência à dominação, a expurgação de sua moradia fixada.

A supressão desses espaços de lazer impossibilita o compartilhamento mútuo de experiências e culturas. Afinal, diversas etnias e religiões passaram a residirem no mesmo meio. Não ter espaços de lazer e cultura leva os jovens do condomínio Hibisco a buscarem formas de convivência e diversão distintas.

Quando se propõe a construir algo, não basta apenas fazer as valas, o cintamento do solo, os pivôs, um desenho croqui da estrutura. Num olhar crítico sobre o projeto arquitetônico, o planejamento pode nos dar a lucidez de entender porque ocorreram lacunas como a supressão de determinados espaços.

Assim, quando se tratam de habitações para fins político-sociais, como o PMCMV, a inexistência de áreas de lazer recreação, entretenimento, áreas verdes, áreas comuns de cultura e de suscitação de convívio, buscando uma melhor qualidade de vida, passa a ser apenas um detalhe.

Mesmo entre as habitações, as paredes são feitas sem isolamento acústico, pois note que é utilizada apenas uma carreira de tijolos para a parede divisória dos dois apartamentos.

O foco principal do conjunto habitacional pela Construtora é a construção mais barata e em larga escala, pois a Empresa ganha por unidade habitacional e não por áreas de lazer e entretenimento.

Tudo isso dificulta a construção de laços de solidariedade entre eles, uma vez que a falta destes espaços coletivos, acaba fortalecendo a resolução individual dos problemas. Os moradores desprezam que através do convívio coletivo, as pessoas partilham suas trajetórias de vida, seus desejos e expectativas, e contribuem para construção de uma sociedade em que os valores de solidariedade e fraternidade sejam prevaletentes.

Há que se considerar também que, nos últimos anos, a violência obteve um aumento substancial não apenas nas grandes capitais como nas regiões metropolitanas. Parte desse aumento se deu em função do crescimento populacional, outra parte se refere ao quadro deficitário do contingente policial, por habitante, que agrava ainda mais o problema, inclusive nas cidades do interior, como é o caso da cidade de Caeté/MG, com 40.750 habitantes, segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, e, que possui apenas 35 policiais em seu contingente total, segundo dados da PM.

De acordo com informações publicadas no portal G1 e do especialista em segurança pública Daniel Lorenz, para a Organização das Nações Unidas (ONU) o ideal seria 250 habitantes para cada policial. Partindo-se dessa premissa, Caeté apresenta uma relação de 1164 habitantes para cada policial. Com essa defasagem de efetivo militar, a cidade vem convivendo com o aumento de crimes no município e a violência com que os mesmos ocorrem.

Dados cedidos pelas polícias civil e militar indicam majoração de homicídios nos três primeiros meses de 2017, se comparado ao ano anterior. Um homicídio a cada dez dias praticamente. Este é o pior cenário desde 2012, Segundo dados do governo estadual que foram publicados em um jornal de grande circulação na cidade.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Defesa Social publicadas pelo mesmo jornal, durante o período de janeiro a setembro de 2016, foram praticados 167 crimes na cidade, um aumento de 98,8% em comparação com o mesmo período de 2015.

Sendo assim, com o aumento expressivo dos crimes praticados no município, somado ao baixo efetivo para atender a alta demanda, muitas das ações preventivas realizadas que poderiam proporcionar maior segurança, restaram prejudicadas.

Os problemas advindos do aumento da violência urbana trazem inúmeros desafios à sociedade contemporânea, sobretudo aqueles que vivem em áreas de maior vulnerabilidade social como favelas, comunidades e condomínios de moradias populares. Nessa perspectiva, cabe aos gestores e a sociedade organizar-se e trabalharem em conjunto, medidas que proporcionem maior segurança a sociedade.

O policiamento ostensivo nas cidades é hoje uma necessidade real do cidadão que vive acuado diante da violência que vem crescendo a passos largos. A presença real e potencial do policial militar, em contínuo contato com a comunidade, visa satisfazer as necessidades basilares de segurança (MINAS GERAIS. Polícia Militar 2010, p.65).

Tomando como base essas informações, o condomínio Hibisco na cidade de Caeté/MG, é um bom exemplo onde boas práticas de policiamento ostensivo trariam inúmeros benefícios aos moradores, reduzindo consideravelmente os atos ilícitos.

Além disso, um bom exemplo de programas de prevenção e proteção sociais já consolidados e desenvolvidos pela polícia militar (GEPAR), como o PROERD e FICA VIVO

trariam resultados substanciais ao condomínio retirando jovens e crianças do mundo do crime e das drogas.

Dessa forma compreende-se a necessidade e importância do trabalho preventivo do policial junto às comunidades de risco e, do policiamento ostensivo no condomínio assim como na cidade. Nas últimas décadas, muitas organizações criminosas têm apavorado comunidades carentes e em alguns casos cidades inteiras, como ocorre em cidades do interior devido ao reduzido efetivo policial.

Importante lembrar que a violência urbana é um tema recorrente. Constantemente, muitas críticas são lançadas pela sociedade em relação à ineficiência dos órgãos de segurança pública. Os indivíduos relacionados diretamente com o crime organizado são pessoas que tanto amedrontam e desestabilizam a vida do cidadão, quanto à vida dos moradores do condomínio Hibisco.

De acordo com boletim recentemente divulgado pela Polícia Militar do município, em uma operação conjunta das polícias, jovens moradores do condomínio Hibisco há dias, vêm postando em redes sociais fotografias nas quais fazem exibição de armas de fogo.

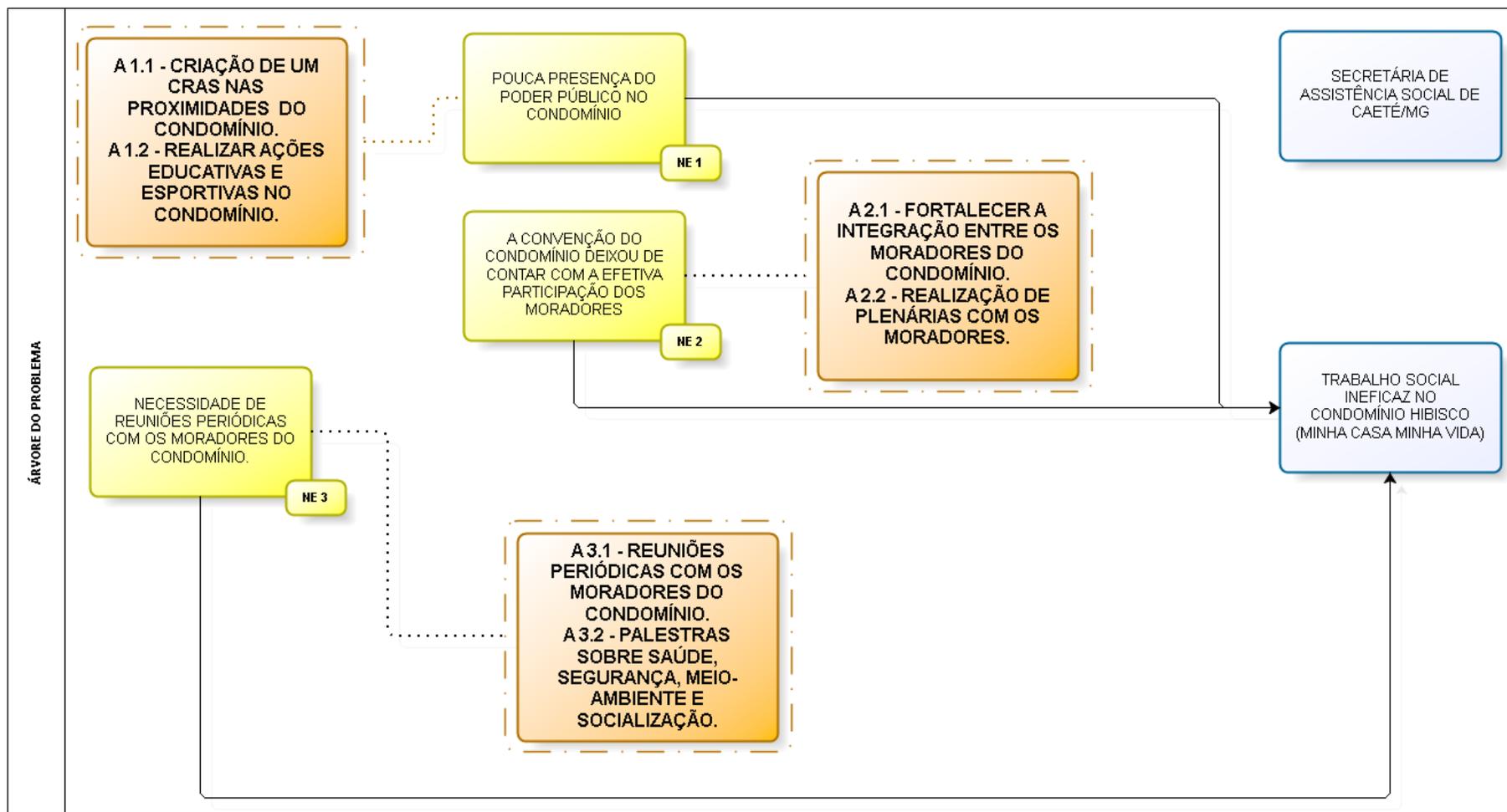
Ainda, segundo informações, esses indivíduos são responsáveis por diversos homicídios e, pelo tráfico de drogas no local o que por sua vez tem provocado muito medo nos moradores do condomínio Hibisco. Diante dos fatos, na data de 04/03/2017, foi montada uma operação conjunta entre as Polícias Militar e Civil com o objetivo de prender esses jovens.

Analisando o crescente número de crimes cometidos no condomínio Hibisco e as ações para prevenir essas ocorrências, podemos concluir que a sociedade necessita mobilizar-se e traçar um plano com os devidos órgãos competentes. Resta promoverem ações que permitam uma redução significativa nos crimes que vem ocorrendo e, o mais importante, que se promova a justiça social.

O aumento da violência nos dias de hoje, somado ao aspecto da ineficiência das políticas de segurança pública, tem causado insegurança em muitas pessoas no município de Caeté/MG. Entre elas, agentes sociais que precisam desempenhar bem seu trabalho e se veem reféns da crescente onda de crimes que assolam o município, especificamente, dentro do condomínio Hibisco.

Nesse diapasão, acerca dos três nós estratégicos do fluxograma apresentado, é importante demonstrar porque todos os demais não foram escolhidos para tal finalidade e ficaram apenas como nós explicativos do problema.

### PARTE 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA



### PARTE 3 – ÁRVORE DO PROBLEMA

#### PAINEL 1 – Nós Estratégicos, Ações para equacionar e Resultados esperados.

<b>Nó Estratégico</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultado das ações</b>
NE 1 - Pouca presença do poder público no condomínio.	A 1.1 - Criação de um CRAS nas proximidades do condomínio.  A 1.2 - Realizar ações educativas e esportivas no condomínio.	Reduzir o alto índice de vulnerabilidade e risco social.  Estreitar as relações, promover a saúde e aprendizado.
NE 2 – A convenção do condomínio deixou de contar com a efetiva participação dos moradores.	A 2.1 – Fortalecer a integração entre os moradores do condomínio.  A 2.2 - Realização de plenárias com moradores.	Melhora do convívio entre os moradores.  Nova convenção de condomínio elaborada.
NE 3 - Inexistência de reuniões semanais com os moradores do condomínio.	A 3.1 - Reuniões periódicas com os moradores do condomínio.  A 3.2 - Palestras sobre: saúde, segurança, meio-ambiente e socialização.	Sanear as necessidades dos moradores, elucidar questões conflituosas.  Que os moradores pratiquem o que lhes foi transmitido.

## PARTE 4 – CONCEPÇÃO DE AÇÕES

### PAINEL 2

#### NE 1 – Pouca Presença do Poder Público no Condomínio.

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
1.1 – Criação de um CRAS nas proximidades do condomínio.	1.1.1 – Elaborar levantamento da demanda social.	1.1.1 – Imóvel, profissionais, material de trabalho, equipamentos e mobília.	1.1.1 – Três meses.	1.1.1 – Secretária de Assistência Social.
	1.1.2 – Executar o trabalho demandado do setor e emitir relatórios sobre os resultados.	1.1.2 – Profissionais, material de trabalho, equipamentos, recursos de secretariado e operacional.	1.1.2 – Um mês.	1.1.2 – Coordenador e equipe do CRAS.
1.2 – Realizar ações educativas e esportivas no condomínio.	1.2.1 – Oficinas de futebol, handebol, basquete e voleibol.	1.2.1 – Material esportivo, equipamentos e suas especificidades.	1.2.1 – Uma vez por semana.	1.2.1 – Professores de Educação Física e de dança.
	1.2.2 – Oficinas de dança de salão e oficinas de teatro popular.	1.2.2 – Caixas de som, microfone, iluminação, figurinos, cenários e maquiagem.	1.2.2 – Quinzenal.	1.2.2 – Professores de dança, expressão corporal e professores de artes cênicas.

## PAINEL 2

**NE 2** – A convenção do condomínio deixou de contar com a efetiva participação dos moradores.

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
2.1 - Fortalecer a integração entre os moradores do condomínio.	2.1.1 – Promover atividades em grupo.  2.1.2 – Campanha de “uma gentileza por um obrigado”.	2.1.1 – Material de expediente e equipamentos.  2.1.2 – Cartazes temáticos, panfletos e faixas personalizadas.	2.1.1 – Uma vez por semana  2.1.2 – Seis meses (em caráter experimental)	2.1.1 – Secretária de Assistência Social de Caeté/MG. 2.1.2 – Secretaria de Assistência Social.
2.2 - Realização de plenárias com os moradores.	2.2.1 – Organizar o evento e mobilizar a todos.  2.2.2 – Fazer triagem da demanda.	2.2.1 – Panfletagem, insumos e espaço físico.  2.2.2 – Computador, formulários, caneta, papel e equipe de Assistência Social.	2.2.1 – Duas semanas.  2.2.2 – Um mês.	2.2.1 – Secretária de Assistência Social de Caeté/MG.  2.2.2 – Equipe de Assistência Social.

## PAINEL 2

**NE 3** – Necessidade de reuniões semanais com os moradores do condomínio.

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
3.1 – Reuniões periódicas com os moradores do condomínio.	3.1.1 – Debater sobre os problemas no condomínio.	3.1.1 – Espaço físico, insumos e equipamentos.	Semanal com duração de 3 horas.	As lideranças comunitárias.
	3.1.2 – Levantar as principais demandas do condomínio.	3.1.2 – Formulários, canetas, notebook, tablets, mesas e cadeiras.	Semanal com duração de 1 hora.	Moradores do condomínio.
3.2 – Palestras sobre: saúde, segurança, meio-ambiente e socialização.	3.2.1 – Apresentação de slides, vídeos, documentos e palestras sobre estes temas.	3.2.1 – Espaço físico, palestrantes, insumos e equipamentos.	Semanal com duração de 1 hora.	As lideranças comunitárias.
	3.2.2 – Fazer relatório das atividades desenvolvidas.	3.2.2 – Formulários, canetas e notebook.	Semanal com duração de 1 hora.	Os próprios moradores.

**PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES****PAINEL 3****AÇÃO 1.1** – Criação de um CRAS nas proximidades do condomínio.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATORES?</b>
A 1-Secretária de Assistência Social.	Recurso financeiro, político e administrativo.	Limitação orçamentária.	Descentralização de poder; Articulação de políticas.	Centralizando as decisões, retendo recursos.	
A 2-Equipe do CRAS.	Execução do trabalho e material de expediente.	Pouco poder político.	Atuando com primor na execução de suas tarefas.	Agindo com desídia; individualismo no trabalho.	Fornecendo subsídios para que execute seu trabalho com maestria.
A 3-Coordenadora do CRAS.	Administrativo e operacional.	Relação com equipe e moradores.	Elaborar conjuntamente um bom plano de trabalho.	Agindo a esmo, sem planejamento.	Fiscalizar e acompanhar o trabalho.

**PAINEL 3****AÇÃO 1.2** – Realizar ações educativas e esportivas no condomínio.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?</b>
A 1-Educadores populares.	Recursos pedagógicos.	Pouco apoio político.	Trocando conhecimento com os moradores.	Agindo de forma intransigente.	Fornecendo subsídio ao seu trabalho.
A 2-Professor de artes manuais.	Matéria prima e manuseio de ferramental.	Escassez de ferramentas e matéria prima.	Agrega valores na vida dos moradores.	Sendo desprovido de boa didática.	Fornecendo apoio ao seu trabalho.
A 3-Educador Físico.	Desportivo, fisiológico e social.	Escassez de material esportivo e humano.	Promoção da saúde e bem-estar social.	Desviando-se do propósito original.	Garantir boas condições de trabalho.

**PAINEL 3****AÇÃO 2.1** – Fortalecer a integração entre os moradores do condomínio.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?</b>
A 1-Secretária de Assistência Social	Orçamento, logística e operacional.	Desgaste político à criação do CRAS.	Efetivando a criação do CRAS.	Não promovendo um bom trabalho.	
A 2-As lideranças comunitárias.	O poder outorgado pelos moradores.	Insatisfação dos moradores e gestores.	Transmitindo as reivindicações ao poder público.	Retendo demasiadamente as reivindicações.	Dando celeridade as reivindicações recebidas.
A 3-Os moradores do condomínio.	Controlam suas necessidades e a si mesmos.	Falta de interatividade entre eles.	Se fazendo presente nas atividades.	Ficando ausente.	Estimulando o processo de integração.

**PAINEL 3****AÇÃO 2.2** – Realização de plenárias com os moradores.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?</b>
A1-Assistente Social.	A metodologia das plenárias.	Ser cerceada em sua autonomia no exercício de sua profissão.	Traçando um diagnóstico dos anseios dos moradores.	Descartando a opinião dos moradores.	Trabalhando conjuntamente na solução dos problemas.
A 2-Lideranças comunitárias.	Representatividade dos condôminos.	Pouco poder político.	Articulando os moradores e o poder público.	Desprovido de liderança nata.	Reconhecendo sua representatividade.
A 3-Técnicos de Trabalho Social.	Aplicabilidade do trabalho social.	Estão subordinados as determinações superiores.	Executando um bom trabalho.	Deixando lacunas em seu trabalho.	Oferecendo treinamento adequado.

**PAINEL 3****AÇÃO 3.1** – Reuniões periódicas com os moradores do condomínio.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?</b>
A 1-Os condôminos.	Controlam a si mesmos.	Carentes de ações sociais.	Se organizando coletivamente.	Fomentando conflitos.	Aproximando-os de políticas sociais, sensibilizando os condôminos, apoiando ações coletivas.
A 2-Zelador do condomínio.	Material de manutenção e as ferramentas.	Tendo negadas suas solicitações.	Informando as pendências estruturais do condomínio.	Omitindo informações importantes.	Proporcionando-lhe condições de trabalho.
A 3-Lideranças comunitárias.	Representatividade dos condôminos.	Empatia dos moradores e adesão.	Fortalecendo a auto-organização dos moradores.	Privilegiando interesses individuais.	Abrindo espaço para dialogar com as lideranças.

**PAINEL 3****AÇÃO 3.2** – Palestras sobre: saúde, segurança, meio-ambiente e socialização.

<b>ATOR</b>	<b>RECURSOS QUE CONTROLA</b>	<b>LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADE</b>	<b>COMO PODE CONTRIBUIR?</b>	<b>COMO PODE PREJUDICAR?</b>	<b>COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?</b>
A 1-Os moradores do condomínio.	Controlam sua própria participação.	Conhecimento sobre os temas tratados.	Participando ativamente apresentando suas ideias.	Deixando de participar ou amotinando.	Através da motivação e participação efetiva.
A 2-Lideranças comunitárias.	Articulam a realização do evento.	Limitação da infraestrutura.	Colaborando na organização e realização do evento.	Fazendo uma articulação pífia.	Apoiar a realização das palestras.
A 3-Palestrantes	O domínio sobre os temas tratados, bem como os recursos necessários.	Dialética pautada apenas em critérios técnicos.	Tratando de assuntos pertinentes de forma participativa.	Aplicar uma linguagem técnica e pouco acessível.	Contribuir com recursos necessários à realização.

## PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES PAINEL 4

<b>Perguntas orientadoras:</b>	<b>Análise de equipe</b>
As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis? Especifique comentando as ações.	Não, as ações propostas para equacionar os nós estratégicos têm por objetivo produzir efeitos desejados, ou seja, efeitos positivos, Todavia efeitos indesejados não estão descartados, uma vez que para o melhor aproveitamento das ações, a participação de todos os envolvidos se faz necessário.
Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Não existem aspectos técnicos ou jurídicos negativos, mas pode haver motivação política de partidos de oposição para prejudicar o projeto. Como exemplo podemos citar as denúncias falsas de superfaturamento, favorecimento de terceiros, abuso de poder político entre outros.
Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Apesar de o projeto ter sido bem elaborado, existe a probabilidade e a possibilidade dos moradores do condomínio Hibisco, não se comprometerem as ações propostas para a equação dos problemas. Neste caso as ações não trariam os resultados desejados. Para lidar com esses e outros problemas inerentes ao projeto, é necessário mais do que o empenho de todos. Um trabalho consistente deve ser desenvolvido ainda que paulatinamente.
Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto? Especifique comentando as ações.	Sim, os recursos necessários à execução do projeto estão disponíveis para sua realização, conforme consta no orçamento do município. O município dispõe de recursos financeiros e estruturais como imóvel, equipamentos e, material humano para iniciar o projeto, pendente apenas treinamento de pessoal e abastecimento da unidade do CRAS.
De forma geral, a equipe avalia que as ações são viáveis e podem efetivamente solucionar o problema escolhido?	Certamente que sim, a equipe avaliou cuidadosamente as ações e chegou à conclusão de que são perfeitamente viáveis e efetivamente podem solucionar os problemas existentes no condomínio Hibisco. Contudo, além das ações propostas para equacionamento dos problemas, o envolvimento da sociedade é muito importante para contribuir com a construção de melhores programas sociais.

## **PARTE 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos principais problemas que tem atravessado as discussões sobre o empreendimento do Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) envolve a capacidade técnica e política dos governos municipais em articular uma política pública, no escopo de garantir a integralidade de atendimento aos seus cidadãos, firmando alianças com outras secretarias como a da saúde, educação, cultura, direitos humanos, participação social e segurança pública.

Podemos afirmar que o sonho da casa própria é uma herança cultural do nosso país. Já crescemos com metas de consumo, sonhos e utopias. O sucesso almejado geralmente é baseado em conquistas materiais, como ter uma boa casa, carro, formação acadêmica, dentre outras.

Em geral, os indivíduos sonham em ter a casa própria. Contudo, cabe destacar que por vezes, entre sonho e a vida real existe um abismo que faz fronteira com as desigualdades sociais, na extrema pobreza e na péssima distribuição de renda no Brasil.

Nesse contexto, o programa “Minha Casa Minha Vida” que tem beneficiado milhões de Brasileiros, possui suas potencialidades e também fragilidades que, aqui, toma-se como um ponto de análise para reflexão sobre a gestão e efeitos do Programa.

Especificamente na cidade de Caeté, foco deste estudo acadêmico, se afere o cerne do problema, que reside da ineficiência e ineficácia do planejamento e execução de ações que deveriam ter sido incorporadas na rotina diária dos moradores do condomínio Hibisco.

Torna-se extremamente necessária a realização de uma reflexão do perfil social destes sujeitos realocados no condomínio, de modo a conhecermos melhor sua história de vida, suas mazelas, sua visão de mundo e como se relaciona com o outro.

Como medida intervencionista para muitos problemas que surgem em decorrência desses reassentamentos dos beneficiários do programa, pode haver a instalação de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nas proximidades.

Também conhecido como “Casa das Famílias”, o CRAS tem por finalidade a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade social e riscos sociais em territórios, promoção da assistência social, ofertas de ocupação laborativa terapêutica, a prevenção da

violência e acesso a cidadania. A dignidade humana requer o zelo do poder público, com base na garantia de direitos e na melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Com a implantação do CRAS, nas adjacências do Hibisco, ao adotar um planejamento de ações detalhadas, ancorada nos problemas vividos por esses moradores, melhores ações resolutivas serão formuladas na execução de intervenções sociais, respeitando as diversidades e particularidades de cada indivíduo dessa sociedade heterogênia.

Uma das maiores problemáticas deste trabalho se define no planejamento ineficiente na transição dos moradores para o condomínio. É público e notório que a verticalização das instalações dos empreendimentos do Programa “Minha Casa Minha Vida” tem sido assunto frequente na mídia, que relatam problemas e fragilidades dessa política habitacional.

Muitos governos comentem a grave falha ao acreditar, veementemente, que a missão foi cumprida e encerrada no ato da entrega dos apartamentos. Por vezes, ignoram o fato de que ali se inicia um trabalho que pode impactar toda uma geração.

É fato que o êxito de um projeto está no planejamento e monitoramento coletivo de suas ações, que devem ser pautadas na participação social como um instrumento de gestão, possibilitando assim, o rompimento de dogmas e paradigmas de que traz em seu DNA o conservadorismo social.

Ao refletirmos a centralidade do problema, constatamos que seu produto é a resultante da inércia e da falta de ações técnicas-políticas estruturantes que certamente passaram despercebidas e deixaram de ser observadas no momento oportuno.

Apesar desse trágico diagnóstico, através dos painéis constantes neste estudo, foram identificados e traçados caminhos a serem trilhados para o equacionamento do problema do condomínio. Contudo, a principal ação resolutiva transita no comprometimento técnico-político.

É preciso desprendimento, compromisso e ética com o trato da coisa pública e das relações humanas. Um gestor deve ter sensibilidade social para compreender que mais importante do que resolver um problema de gestão de uma política pública, é atuar de modo a prevenir esses problemas, para consolidar o direito, a dignidade humana e a cidadania plena dessas centenas de famílias.

Também é preciso ter sensibilidade para compreender que ao entregar, por exemplo, 400, apartamentos nascem ali um novo mundo, um novo espaço social, uma nova reconfiguração de convivência e estrutura de vida. É então engendrado nesse espaço, um novo bairro, que assim como outros da cidade, necessitam da presença do Estado para solucionar questões estruturais e sociais.

Por todo exposto um planejamento eficaz das ações, com base na estruturação da equipe técnica é fundamental para incidir sobre o problema. Por fim, os resultados positivos tendem a se consolidar com o tempo.

## PARTE 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Natália Coelho de. *Desafios ao trabalho social na habitação e o debate acerca da sustentabilidade dos empreendimentos do programa minha casa minha vida*. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/desafios-ao-trabalho-social-na-habitacao-e-o-debate-acerca-da-sustentabilidade-dos-empresendimentos-do-programa-minha-casa-minha-vida--pmcmv---2-.pdf>>. Acesso em 14 de abril 2017.

*Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Comando-Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010. <https://pt.scribd.com/doc/236924466/DIRETRIZ-01>

GUÉRIN, Frank *et al.* *Compreender o Trabalho para Transformá-lo: a prática da ergonomia*. Tradução de Giliane M. J. Ingratta e Marcos Maffei. São Paulo: Edgard Blücher: Fundação Vanzolini, 2001.

[http://www.opiniaocaete.com.br/cariboost\\_files/edicao\\_202482.pdf](http://www.opiniaocaete.com.br/cariboost_files/edicao_202482.pdf) pág 5

[http://www.opiniaocaete.com.br/cariboost\\_files/edicao\\_202498.pdf](http://www.opiniaocaete.com.br/cariboost_files/edicao_202498.pdf) pág 3

<http://www.otempo.com.br/cidades/jovem-invade-apartamento-e-mata-a-ex-mulher-durante-culto-religioso-1.814146>

<http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94541.pdf>

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/10/regioes-do-df-com-mais-mortes-tem-menos-policiais-aponta-levantamento.html>